



SENADO FEDERAL

**Demonstrações Contábeis e Notas
Explicativas**

Exercício de 2019

PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

Davi Alcolumbre

DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL

Ilana Trombka

DIRETOR DA SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE

Fernando Álvaro Leão Rincon

COORDENADOR DE CONTABILIDADE

Luiz Henrique de Paiva Marques

EQUIPE TÉCNICA

Cecília Maria de Oliveira Guimarães

Gabriela Bonetti

Olivan Duarte de Almeida

SUMÁRIO

SUMÁRIO.....	4
Informações Gerais.....	5
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (EXERCÍCIO DE 2019).....	6
Balço Patrimonial	6
Demonstração das Variações Patrimoniais.....	10
Balço Orçamentário	11
Balço Financeiro.....	14
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	17
NOTAS EXPLICATIVAS	20
Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis	20
Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis	21
1. Nota Explicativa 1 – Caixa e equivalentes de caixa.....	25
2. Nota Explicativa 2 – Créditos a Curto Prazo	26
3. Nota Explicativa 3 – Demais Créditos e valores a curto prazo.....	27
4. Nota Explicativa 4 – VPDs Pagas Antecipadamente.....	28
5. Nota Explicativa 5 – Créditos a Longo Prazo.....	28
6. Nota Explicativa 6 – Imobilizado	29
7. Nota Explicativa 7 – Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto	30
8. Nota Explicativa 8 – Fornecedores e Contas a Pagar	30
9. Nota Explicativa 9 – Valorização e Ganhos c/ Ativo e Desincorporação de Passivos.....	31
10. Nota Explicativa 10 – Composição das Variações Patrimoniais diminutivas	31

Informações Gerais

O Senado Federal integra o Congresso Nacional, ente responsável pelo exercício do Poder Legislativo na esfera federal. As funções do Senado Federal são exercidas pelos Senadores da República, que são eleitos segundo o princípio majoritário para representarem os Estados e o Distrito Federal. Cada Estado e o Distrito Federal elegem três Senadores para um mandato de oito anos. Atualmente, são 81 Senadores eleitos. A renovação da representação se dá a cada quatro anos, alternadamente, por um e dois terços. Cada Senador é eleito com dois suplentes. As competências desta Casa Legislativa são regidas pela Constituição Federal e abrangem três funções primordiais: representar as unidades da Federação (art. 46), elaborar as leis (art. 48) e fiscalizar os atos do Poder Executivo na aplicação dos recursos públicos (arts. 49 a 51 e art. 70). Além disso, várias competências privativas estão estabelecidas no art. 52 da Carta Magna.

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) estão disciplinadas na Parte V do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e tem como objetivo padronizar a estrutura e as definições dos elementos que compõe as Demonstrações, permitindo a evidenciação, análise e consolidação das contas públicas em âmbito nacional, além de permitir a comparabilidade tanto com as demonstrações de períodos anteriores quanto com as de outras entidades.

O assunto também é normatizado pela NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, NBC TSP 12 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, NBC TSP 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis, e especialmente pela Lei nº 4.320/1964 e a Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

As demonstrações contábeis no setor público são a representação estruturada da situação patrimonial, financeira e do desempenho da entidade. Devem proporcionar informação útil para subsidiar a tomada de decisão e a prestação de contas e responsabilização (accountability) da entidade quanto aos recursos que lhe foram confiados. Podem também ter a função preditiva ou prospectiva, proporcionando informações úteis para prever o nível de recursos necessários para a continuidade de suas operações, os recursos que podem ser gerados pela continuidade dessas operações e os riscos e as incertezas associadas.

Embora a informação contida nas demonstrações contábeis seja relevante, é improvável que ela satisfaça a todos os objetivos descritos, especificamente, no que diz respeito a entidades cujo objetivo principal não seja gerar lucro. Assim, informação suplementar, incluindo demonstrativos não financeiros, pode ser apresentada junto com as demonstrações contábeis no intuito de proporcionar uma visão mais abrangente das atividades da entidade durante o período.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (EXERCÍCIO DE 2019)

Balanço Patrimonial

ATIVO	Nota Explicativa	31/12/2019	31/12/2018	AH	AV
ATIVO CIRCULANTE		403.110.446,68	419.463.255,54	-3,90%	40,02%
Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>1</u>	380.000.291,01	398.470.640,57	-4,64%	37,73%
Créditos a Curto Prazo	<u>2</u>	35.389,19	17.006,63	108,09%	0,00%
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	<u>3</u>	4.280.840,03	3.746.929,26	14,25%	0,43%
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		-			
Estoques		15.333.542,18	14.696.961,31	4,33%	1,52%
VPDs Pagas Antecipadamente	<u>4</u>	3.460.384,27	2.531.717,77	36,68%	0,34%
ATIVO NÃO CIRCULANTE		604.105.662,00	617.650.972,98	-2,19%	59,98%
Ativo Realizável a Longo Prazo					
Créditos a Longo Prazo	<u>5</u>	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Estoques					
VPDs Pagas Antecipadamente					
Investimentos					
Imobilizado	<u>6</u>	569.602.674,97	585.867.538,59	-2,78%	56,55%
Bens Móveis		108.317.487,69	123.133.067,82	-12,03%	10,75%
Bens Imóveis		461.285.187,28	462.734.470,77	-0,31%	45,8%
Intangível		34.502.987,03	31.783.434,39	8,56%	3,43%
Diferido					
TOTAL DO ATIVO		1.007.216.108,68	1.037.114.228,52	-2,88%	100,00%

Fonte: Siafi.

PASSIVO	Nota Explicativa	31/12/2019	31/12/2018	AH	AV
PASSIVO CIRCULANTE		136.071.851,98	117.126.961,06	16,17%	13,51%
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto	<u>7</u>	115.382.773,81	92.900.697,34	24,20%	11,46%
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo					
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	<u>8</u>	769.532,24	917.313,65	-16,11%	0,08%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo					
Obrigações de Repartição a Outros Entes					
Provisões de Curto Prazo					
Demais Obrigações a Curto Prazo		19.919.545,93	23.308.950,07	-14,54%	1,98%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo					
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo					
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo					
Obrigações Fiscais a Longo Prazo					
Provisões de Longo Prazo					
Demais Obrigações a Longo Prazo					
Resultado Diferido					
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		136.071.851,98	117.126.961,06	16,17%	13,51%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Patrimônio Social e Capital Social					
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)					
Reservas de Capital					
Ajustes de Avaliação Patrimonial					
Reservas de Lucros					
Demais Reservas					
Resultados Acumulados		871.144.256,70	919.987.267,46	-5,31%	86,49%
(-) Ações / Cotas em Tesouraria					
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		871.144.256,70	919.987.267,46	-5,31%	86,49%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.007.216.108,68	1.037.114.228,52	-2,88%	100,00%

Fonte: Siafi.

Quadro dos ativos e passivos financeiros e permanentes
(Lei n. 4.320, de 1964)

R\$ 1,00

Ativo			Passivo		
Especificação	2019	2018	Especificação	2019	2018
Ativo Financeiro	380.047.914,07	398.478.031,56	Passivo Financeiro	87.055.320,03	92.472.910,06
Ativo Permanente	627.168.194,61	638.636.196,96	Passivo Permanente	115.754.260,63	92.971.386,42
			Saldo Patrimonial	804.406.528,02	851.669.932,04

Fonte: Siafi.

Quadro das contas de compensação
(Lei n. 4.320, de 1964)

R\$ 1,00

Especificação	Nota Explicativa	2019	2018
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		18.806.847,35	19.367.352,45
Execução dos Atos Potenciais Ativos		18.806.847,35	19.367.352,45
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar		8.347.401,18	8.506.043,75
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.		97.489,31	449.351,84
Direitos Contratuais a Executar		10.361.956,86	10.361.956,86
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar			
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		165.489.413,57	151.323.503,42
Execução dos Atos Potenciais Passivos		165.489.413,57	151.323.503,42
Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar			
Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Liberar		1.529.464,19	3.161.502,64
Obrigações Contratuais a Executar		163.959.949,38	148.162.000,78
Outros Atos Potenciais Passivos a Executar		-	-

Fonte: Siafi.

Quadro do superávit/déficit financeiro
(Lei n. 4.320, de 1964)

R\$ 1,00

Destinação de Recursos	Nota Explicativa	Superávit/Déficit Financeiro
Recursos Ordinários		150.227.744,97
Recursos Vinculados		142.764.849,07
Seguridade Social (Exceto RGPS)		3.402.998,71
Previdência Social (RGPS)		1.550,50
Alienação de Bens e Direitos		1.592.890,00
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		137.767.409,86
TOTAL		292.992.594,04

Fonte: Siafi.

Demonstração das Variações Patrimoniais

	Nota Explicativa	31/12/2019	31/12/2018	AH	AV
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		4.404.190.431,23	4.414.710.784,59	-0,24%	100,00%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria					
Contribuições					
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		5.627.179,23	5.127.229,57	9,75%	0,13%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		245,11	8,93	2644,79%	0,00%
Transferências e Delegações Recebidas		4.370.516.439,15	4.263.861.374,60	2,50%	99,24%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	<u>9</u>	7.913.671,54	139.141.267,59	-94,31%	0,18%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		20.132.896,20	6.580.903,90	205,93%	0,46%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	<u>10</u>	4.445.523.863,57	4.300.526.194,22	3,37%	100,00%
Pessoal e Encargos		1.729.271.546,47	1.782.068.601,46	-2,96%	38,90%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		2.118.040.156,92	1.916.662.541,17	10,51%	47,64%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		499.138.081,23	519.973.265,60	-4,01%	11,23%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		63.701,73	440.463,77	-85,54%	0,00%
Transferências e Delegações Concedidas		48.625.782,98	26.266.010,95	85,13%	1,09%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		23.459.833,57	26.584.253,17	-11,75%	0,53%
Tributárias		216.288,81	216.118,95	0,08%	0,00%
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados		783.768,88	2.158.051,01	-63,68%	0,02%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		25.924.702,98	26.156.888,14	-0,89%	0,58%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		-41.333.432,34	114.184.590,37	-136,20%	-0,93%

Fonte: Siafi.

Balço Orçamentário

		A	B	C	D	E	F
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Nota Explicativa	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo	Realização	AV
RECEITAS CORRENTES		9.106.088,00	9.106.088,00	9.593.552,15	487.464,15	105,35%	93,44%
Receitas Tributárias							
Receitas de Contribuições							
Receita Patrimonial		2.450.903,00	2.450.903,00	1.854.968,97	-595.934,03	75,69%	18,07%
Receita Agropecuária							
Receita Industrial		1.063.241,00	1.063.241,00	965.998,59	-97.242,41	90,85%	9,41%
Receitas de Serviços		2.510.793,00	2.510.793,00	2.718.040,26	207.247,26	108,25%	26,47%
Transferências Correntes							
Outras Receitas Correntes		3.081.151,00	3.081.151,00	4.054.544,33	973.393,33	131,59%	39,49%
RECEITAS DE CAPITAL				673.540,00	673.540,00		6,56%
Operações de Crédito							
Alienação de Bens				673.540,00	673.540,00		
Amortização de Empréstimos							
Transferências de Capital							
Outras Receitas de Capital							
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES							
SUBTOTAL DE RECEITAS		9.106.088,00	9.106.088,00	10.267.092,15	1.161.004,15	112,75%	100,00%
REFINANCIAMENTO							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		9.106.088,00	9.106.088,00	10.267.092,15	1.161.004,15	112,75%	100,00%
DÉFICIT				4.372.247.668,66	4.372.247.668,66		
TOTAL		9.106.088,00	9.106.088,00	4.382.514.760,81	4.373.408.672,81		

Fonte: Siafi.

		A	B	C	D	E	F	G
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Nota Explicativa	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO	AV
DESPESAS CORRENTES		4.467.973.417,00	4.467.973.417,00	4.358.735.818,77	4.312.252.786,29	4.311.620.425,31	109.237.598,23	99,81%
Pessoal e Encargos Sociais		3.790.940.912,00	3.790.940.912,00	3.733.388.979,81	3.733.353.998,63	3.733.353.998,63	57.551.932,19	86,41%
Juros e Encargos da Dívida								
Outras Despesas Correntes		677.032.505,00	677.032.505,00	625.346.838,96	578.898.787,66	578.266.426,68	51.685.666,04	13,40%
DESPESAS DE CAPITAL		33.822.099,00	33.822.099,00	23.778.942,04	8.366.303,77	8.361.355,00	10.043.156,96	0,19%
Investimentos		33.822.099,00	33.822.099,00	23.778.942,04	8.366.303,77	8.361.355,00	10.043.156,96	0,19%
Inversões Financeiras								
Amortização da Dívida								
RESERVA DE CONTINGÊNCIA								
RESERVA DO RPPS								
SUBTOTAL DAS DESPESAS		4.501.795.516,00	4.501.795.516,00	4.382.514.760,81	4.320.619.090,06	4.319.981.780,31	119.280.755,19	100,00%
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO								
Amortização da Dívida Interna								
Dívida Mobiliária								
Outras Dívidas								
Amortização da Dívida Externa								
Dívida Mobiliária								
Outras Dívidas								
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		4.501.795.516,00	4.501.795.516,00	4.382.514.760,81	4.320.619.090,06	4.319.981.780,31	119.280.755,19	100,00%
TOTAL		4.501.795.516,00	4.501.795.516,00	4.382.514.760,81	4.320.619.090,06	4.319.981.780,31	119.280.755,19	

Fonte: Siafi.

Quadro da execução de restos a pagar não processados

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Nota Explicativa	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES		17.832.373,83	28.839.525,85	18.583.743,73	18.473.152,00	27.125.461,31	1.073.286,37
Pessoal e Encargos Sociais		792.548,80	-	-	-	792.548,80	
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		17.039.825,03	28.839.525,85	18.583.743,73	18.473.152,00	26.332.912,51	1.073.286,37
DESPESAS DE CAPITAL		15.638.186,70	6.831.225,07	8.559.696,90	8.556.874,34	9.606.871,14	4.305.666,29
Investimentos		15.638.186,70	6.831.225,07	8.559.696,90	8.556.874,34	9.606.871,14	4.305.666,29
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
TOTAL		33.470.560,53	35.670.750,92	27.143.440,63	27.030.026,34	36.732.332,45	5.378.952,66

Fonte: Siafi.

Quadro da execução de restos a pagar processados e não processados liquidados

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Nota Explicativa	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES		7.381.421,42	3.537.377,08	3.620.202,47	106.314,86	7.192.281,17
Pessoal e Encargos Sociais		4.662.186,41	-	-	-	4.662.186,41
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		2.719.235,01	3.537.377,08	3.620.202,47	106.314,86	2.530.094,76
DESPESAS DE CAPITAL		45.725,50	315.535,96	298.581,64	-	62.679,82
Investimentos		45.725,50	315.535,96	298.581,64	-	62.679,82
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-
TOTAL		7.427.146,92	3.852.913,04	3.918.784,11	106.314,86	7.254.960,99

Fonte: Siafi.

Balanco Financeiro

INGRESSOS	Notas Explicativas	2019	2018
Receitas Orçamentárias		10.267.092,15	8.627.573,57
Ordinárias			
Vinculadas		11.095.187,13	9.148.405,54
Alienação de Bens e Direitos		1.347.080,00	856.100,00
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		9.748.107,13	8.292.305,54
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-828.094,98	-520.831,97
Transferências Financeiras Recebidas		4.369.099.458,79	4.249.229.557,41
Resultantes da Execução Orçamentária		4.362.208.503,99	4.241.033.763,58
Cota Recebida		4.355.613.969,24	4.232.909.682,04
Repasso Recebido		6.594.534,75	8.124.081,54
Independentes da Execução Orçamentária		6.890.954,80	8.195.793,83
Transferências Recebidas para Pagamento de RP			20.000,00
Demais Transferências Recebidas		5.820.434,44	7.241.707,44
Movimentação de Saldos Patrimoniais		1.070.520,36	934.086,39
Aporte ao RPPS			
Aporte ao RGPS			
Recebimentos Extraorçamentários		65.504.292,57	43.629.301,98
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		637.309,75	3.675.011,61
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		61.895.670,75	35.670.750,92
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		2.951.913,94	4.198.331,41
Outros Recebimentos Extraorçamentários		19.398,13	85.208,04
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento			47.927,96
Arrecadação de Outra Unidade		19.398,13	37.280,08
Valores para Compensação			
Demais recebimentos			
Saldo do Exercício Anterior		398.470.640,57	317.885.402,50
Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>1</u>	398.470.640,57	317.885.402,50
TOTAL		4.843.341.484,08	4.619.371.835,46

Fonte: Siafi.

DISPÊNDIOS	Notas Explicativas	2019	2018
Despesas Orçamentárias		4.382.514.760,81	4.148.725.096,14
Ordinárias		2.326.523.934,17	3.624.938.589,62
Vinculadas		2.055.990.826,64	523.786.506,52
Seguridade Social (Exceto RGPS)		1.738.590.148,29	
Previdência Social (RPPS)		313.930.322,00	516.618.206,24
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		3.470.356,35	7.168.300,28
Transferências Financeiras Concedidas		45.857.461,44	16.263.478,67
Resultantes da Execução Orçamentária		38.858.011,59	8.050.404,76
Repasso concedido		7.842.526,01	8.050.404,76
Cota Devolvida		31.015.485,58	
Independentes da Execução Orçamentária		6.999.449,85	8.213.073,91
Transferências Concedidas para Pagamento de RP		103.092,02	
Demais Transferências Concedidas		5.806.439,34	7.241.707,44
Movimento de Saldos Patrimoniais		1.089.918,49	971.366,47
Aporte ao RPPS			
Aporte ao RGPS			
Despesas Extraorçamentárias		34.968.970,82	55.912.620,08
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		3.918.784,11	617.330,30
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		27.030.026,34	44.880.576,64
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		3.069.173,64	4.134.443,39
Outros Pagamentos Extraorçamentários		950.986,73	6.280.269,75
Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		47.927,96	
Valores Compensados		40.232,07	4.311,41
Demais Pagamentos		862.826,70	6.275.958,34
Saldo para o Exercício Seguinte		380.000.291,01	398.470.640,57
Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>1</u>	380.000.291,01	398.470.640,57
TOTAL		4.843.341.484,08	4.619.371.835,46

Fonte: Siafi

Demonstração dos Fluxos de Caixa

ESPECIFICAÇÃO	Nota Explicativa	2019	2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		-1.927.078,58	97.064.427,03
INGRESSOS		4.381.664.323,01	4.261.664.692,47
Receitas Derivadas e Originárias		9.593.552,15	8.199.523,57
Receita Tributária			
Receita de Contribuições			
Receita Patrimonial		1.854.968,97	2.168.484,93
Receita Industrial		965.998,59	891.240,65
Receita de Serviços		2.718.040,26	2.023.640,88
Remuneração das Disponibilidades			
Outras Receitas Derivadas e Originárias		4.054.544,33	3.116.157,11
Transferências Correntes Recebidas			
Intergovernamentais			
Intragovernamentais			
Outras Transferências Correntes Recebidas			
Outros Ingressos das Operações		4.372.070.770,86	4.253.465.168,90
Ingressos Extraorçamentários		2.951.913,94	4.198.331,41
Transferências Financeiras Recebidas		4.369.099.458,79	4.249.229.557,41
Arrecadação de Outra Unidade		19.398,13	37.280,08
Valores para Compensação			
Demais Recebimentos			
DESEMBOLSOS		-4.383.591.401,59	-4.164.600.265,44
Pessoal e Demais Despesas		-4.101.848.586,10	-3.891.376.774,69
Legislativo		-1.983.910.355,08	-1.974.181.787,52
Judiciário		-540.021,99	-664.835,64
Essencial à Justiça		-33.875,38	-17.057,41

Administração		-78.147,98	-20.000,00
Defesa Nacional		-54.057,46	-28.783,64
Previdência Social		-2.117.184.200,25	-1.916.512.238,44
Saúde			
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		-47.927,96	47.927,96
Juros e Encargos da Dívida			
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna			
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa			
Outros Encargos da Dívida			
Transferências Concedidas		-231.913.121,64	-246.545.298,94
Intergovernamentais			
Intragovernamentais		-230.776.972,96	-245.287.548,07
Outras Transferências Concedidas		-1.136.148,68	-1.257.750,87
Outros Desembolsos das Operações		-49.829.693,85	-26.678.191,81
Dispêndios Extraorçamentários		-3.069.173,64	-4.134.443,39
Transferências Financeiras Concedidas		-45.857.461,44	-16.263.478,67
Valores Compensados		-40.232,07	-4.311,41
Demais Pagamentos		-862.826,70	-6.275.958,34
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		-16.543.270,98	-16.479.188,96
INGRESSOS		673.540,00	428.050,00
Alienação de Bens		673.540,00	428.050,00
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos			
Outros Ingressos de Investimentos			
DESEMBOLSOS		-17.216.810,98	-16.907.238,96
Aquisição de Ativo Não Circulante		-14.117.251,72	-12.119.363,02
Concessão de Empréstimos e Financiamentos			
Outros Desembolsos de Investimentos		-3.099.559,26	-4.787.875,94
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
INGRESSOS			

Operações de Crédito			
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais			
Transferências de Capital Recebidas			
Intergovernamentais			
Intragovernamentais			
Outras Transferências de Capital Recebidas			
Outros Ingressos de Financiamento			
DESEMBOLSOS			
Amortização / Refinanciamento da Dívida			
Outros Desembolsos de Financiamento			
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		-18.470.349,56	80.585.238,07
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		398.470.640,57	317.885.402,50
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		380.000.291,01	398.470.640,57

Fonte: Siafi.

NOTAS EXPLICATIVAS

Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis do Senado Federal foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP- 7ª edição) e o Manual Siafi, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional.

As Demonstrações Contábeis foram levantadas a partir das informações do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e consolidam a execução orçamentária, financeira e patrimonial das unidades gestoras (UGs) do Senado Federal constantes da tabela abaixo:

Tabela – Unidades Gestoras

Órgão	UG	Descrição
Senado Federal	020001	Senado Federal
Fundo Especial do Senado Federal	020054	Fundo Especial do Senado Federal

Fonte: Siafi.

No presente relatório, estão evidenciadas as Demonstrações Contábeis com base no exercício de 2019.

As estruturas e a composição das demonstrações contábeis estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP) e são compostas por:

- Balanço Patrimonial (BP);
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- Balanço Orçamentário (BO);
- Balanço Financeiro (BF); e
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).
- Notas Explicativas

Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do Senado Federal, tendo em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público.

Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras – A moeda funcional é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

Caixa e equivalentes de caixa – Incluem conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), é mantida no BACEN e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União, inclusive dos fundos, das fundações, das autarquias e das empresas estatais dependentes. Ela é subdividida Conta Única recursos Tesouro Nacional, Conta Única recursos Previdenciários e Conta Única recursos Dívida Pública.

Demais créditos e valores a curto prazo – Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) adiantamentos concedidos e (ii) créditos por dano ao patrimônio. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescidos das atualizações monetárias e juros. Os créditos a receber são atualizados com base na variação da taxa Selic. É constituído também ajuste para perdas, considerando a natureza, o prazo de vencimento e o histórico de sucesso das cobranças administrativas realizadas.

Estoques – Compreendem as mercadorias para revenda, almoxarifado e outros estoques. São avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) na entrada, pelo custo de aquisição ou produção; e (ii) na saída, pelo custo médio ponderado. Não se constitui ajuste para perda de estoques, tendo em vista que os tipos de materiais estocados e os controles existentes tornam as perdas, quando ocorrem, insignificantes.

Imobilizado – O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não geram tais benefícios, são reconhecidos como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor inicial é resultante da avaliação com base no valor patrimonial definido nos termos da doação.

Depreciação de bens móveis – A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de

exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

A vida útil e o valor residual utilizados foram considerados segundo critérios definidos pela Secretaria do Tesouro Nacional, na Macrofunção 02.03.30, conforme tabela abaixo:

Conta contábil	Vida útil (anos)	Valor residual
Aparelhos de medição e orientação	15	10%
Aparelhos e equipamentos de comunicação	10	20%
Equipamentos/utensílios médicos, odontológicos, laboratoriais e hospitalares	15	20%
Equipamento de proteção, segurança e socorro	10	10%
Máquinas e equipamentos industriais	20	10%
Máquinas e equipamentos energéticos	10	10%
Máquinas e equipamentos gráficos	15	10%
Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	10	10%
Máquinas e utensílios agropecuários/rodoviários	10	10%
Equipamentos hidráulicos e elétricos	10	10%
Máquinas, utensílios e equipamentos diversos	10	10%
Equipamentos de processamento de dados	5	10%
Aparelhos e utensílios domésticos	10	10%
Máquinas e utensílios de escritório	10	10%
Mobiliário em geral	10	10%
Coleções e materiais bibliográficos	10	0%
Instrumentos musicais e artísticos	20	10%
Equipamentos para áudio, vídeo e foto	10	10%
Veículos em geral	15	10%
Veículos de tração mecânica	15	10%
Armamentos	20	15%
Peças não incorporáveis a imóveis	10	10%

Fonte: Manual Siafi – Macrofunção 02.03.30.

A partir de janeiro de 2019, os registros contábeis foram efetuados após a implementação do uso de metodologia de depreciação através dos relatórios gerados pelo Sistema SPALM – Sistema de Gestão de Patrimônio e Almoxarifado.

Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet – As informações da depreciação dos bens imóveis são apuradas pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União - SPIUnet, que é gerido pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU, nos termos da Portaria Conjunta MF/MPOG nº 703, de 10 de dezembro de 2014. O valor depreciado é de responsabilidade daquela SPU, sendo apurado mensalmente e lançado automaticamente pelo SPIUnet.

Para fins contábeis, após mensuração e lançamento nos sistemas corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais são:

I - atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação;

II - reavaliados, aqueles nos quais:

- seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;
- houver alteração de área construída, independentemente do valor investido;
- seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoração, desabamento, arruinamento, dentre outros.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, é apurado mensal e automaticamente pelo sistema sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle, expressa na seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação
n = vida útil da aquisição
x = vida útil transcorrida da aquisição

Para fins da depreciação, a vida útil é definida com base no laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor residual é estabelecido pela STN e comunicado à SPU.

Intangível – O ativo intangível é formado exclusivamente pelos *softwares* adquiridos, mensurados com base no valor de aquisição, deduzida a respectiva amortização acumulada. As aquisições de licenças de uso de software que não possuem prazo contratual, ou seja, sem vida útil definida, não foram amortizados de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) – Ativo Intangível, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Para os softwares com vida útil definida, a amortização é calculada observando-se a vigência contratual e se dá de acordo com o Manual Siafi, Macrofunção 02.03.30.

Reavaliação – Quanto aos bens imóveis, em Abril/2018, foi efetuada a reavaliação dos bens pelo Serviço de Documentação e Administração de Imóveis – SEAIM/SPATR, utilizando-se como base o Custo Unitário Básico de Construção (CUB/m²) divulgado pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon-DF).

Passivos circulantes e não circulantes – As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) fornecedores e contas a pagar; e (iii) demais obrigações.

Apuração do Resultado – No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

1 2 3

Patrimonial Orçamentário Financeiro

Resultado Patrimonial – A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com a contabilidade aplicada ao setor público.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/ Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Resultado Orçamentário – O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

Resultado Financeiro – O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

1. Nota Explicativa 1 – Caixa e equivalentes de caixa

Compreende o somatório dos valores disponíveis na Conta Única do Tesouro Nacional e em bancos para aplicação nas operações da entidade.

Caixa e Equivalentes de Caixa – Composição

Detalhamento	31/12/2019	31/12/2018	AV*	AH*
Bancos conta movimento – Caixa Econômica Federal	1.238.711	1.261.549	0,33%	-1,81%
UG 020001	1.238.711	1.261.549	0,33%	-1,81%
Limite de saque com vinculação de pagamento	378.608.909	397.209.091	99,63%	-4,68%
UG 020001	240.616.538	266.109.332	63,32%	-9,58%
UG 020054	137.992.371	131.099.759	36,31%	5,26%
Limite de saque com vinculação de pagamento – Ordem de Pagamento	152.671	0	0,04%	
UG 020001	152.671	0	0,04%	
UG 020054	-	0		
Total	380.000.291	398.470.640	100%	-4,64%

*AV – Análise Vertical; AH – Análise Horizontal. Fonte: Siafi

Limite de saque com vinculação de pagamento

Registra o valor do limite de saque com vinculação de pagamento da Conta Única destinado a despesas de órgãos pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS). O detalhamento do saldo do limite de saque consta da tabela abaixo:

Limite de Saque com Vinculação de Pagamento

Identificação dos recursos	31/12/2019	31/12/2018	AV	AH
00 – Recursos ordinários	231.434.408	229.820.906	61,13%	0,70%
UG 020001	231.428.929	229.815.428	61,13%	0,70%
UG 020054	5.479	5.479	0,00%	0,00%
50 – Recursos não financeiros diretamente arrecadados	138.498.358	131.605.746	36,58%	5,24%
UG 020001	511.466	511.466	0,14%	0,00%
UG 020054	137.986.892	131.094.281	36,45%	5,26%
51 – Contribuição social s/ o lucro das Pessoas Jurídicas	0	31.012.296	0,00%	-100,00%
UG 020001	0	31.012.296	0,00%	-100,00%
53 – Contribuição p/ o financiamento da seguridade social	3.402.999	76.117	0,90%	4370,75%
UG 020001	3.402.999	76.117	0,90%	4370,75%
56 – Contribuição do plano de seguridade social do servidor	24.115	24.115	0,01%	0,00%
UG 020001	24.115	24.115	0,01%	0,00%
63 – Rec. Prop. Decor. Alien. Bens e Dir. do Patr. Publ.	1.592.890	919.350	0,42%	73,26%
UG 020001	1.592.890	919.350	0,42%	73,26%
UG 020054	0	0	0,00%	

69 – Contrib. Patronal p/ Plano de Segurid. Soc Serv.	31.565	31.565	0,01%	0,00%
UG 020001	31.565	31.565	0,01%	0,00%
90 – Recursos diversos	3.624.575	3.718.996	0,96%	-2,54%
UG 020001	3.624.575	3.718.996	0,96%	-2,54%
Total	378.608.909	397.209.091	100%	-4,68%

*AV – Análise Vertical; AH – Análise Horizontal. Fonte: Siafi

Verifica-se que a maior parte do limite de saque é de recursos ordinários, ou seja, não possui vinculação específica e pode ser alocado discricionariamente pelo gestor, respeitando-se a legislação vigente.

Em 2019 houve aumento significativo nos recursos disponíveis na fonte 0153 – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, devido à necessidade de complementar as fontes 0156 – Contribuição do Plano de Seguridade Social do Servidor e 0169 – Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor, que não estavam sendo suficientes para cobrir o total de despesa anual com aposentadorias e pensões do Senado Federal.

Os recursos não-financeiros diretamente arrecadados constantes da UG 020054 (Fundo Especial do Senado Federal) referem-se a receitas próprias recebidas a título, principalmente, de comercialização da Gráfica do Senado e acumuladas ao longo de exercícios anteriores.

2. Nota Explicativa 2 – Créditos a Curto Prazo

Compreendem os valores a receber decorrentes das vendas da Secretaria de Editoração e Publicações - SEGRAF e da Livraria do Senado Federal.

Em 31/12/2019, o Senado Federal apresentou saldo de R\$ 35.389,19 nesse grupo, conforme se observa no detalhamento apresentado na tabela abaixo:

Cliente	31/12/2019	AV
CAPITAL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS RECICLAVEIS	5.956,50	16,83%
CAMARA MUNICIPAL DE IPATINGA	8.650,00	24,44%
SW SOLUCOES EM PAGAMENTOS LTDA	20.782,69	58,73%
Total	35.389,19	100%

3. Nota Explicativa 3 – Demais Créditos e valores a curto prazo

Compreende os valores a receber por transações realizáveis a curto prazo.

A seguir, apresenta-se a composição desses valores:

Demais créditos e valores a curto prazo

Detalhamento	31/12/2019	31/12/2018	AV	AH
Adiantamentos concedidos	88.007	58.151	2,06%	51,34%
Tributos a recuperar/compensar	47623,06	7.391	1,11%	544,34%
Créditos por danos ao patrimônio	3.525.610	13.325.532	82,36%	-73,54%
Outros créditos a receber e valores a curto prazo	3.078.036	955.884	71,90%	222,01%
Subtotal	6.739.277	14.346.958	157,43%	-53,03%
(-) Ajustes para perdas	-2.458.437	-10.600.028	-57,43%	-76,81%
Total	4.280.840	3.746.929	100,00%	14,25%

Créditos por danos ao patrimônio

O valor mais expressivo nesse grupo corresponde aos Créditos por Danos ao Patrimônio, que englobam aqueles decorrentes de créditos administrativos (cobrança administrativa) registrados na contabilidade após apuração de seu valor e definida a responsabilidade do devedor. Atualmente, os créditos inadimplentes superiores a R\$ 1.000,00 são encaminhados para inscrição na Dívida Ativa da União, consoante prescreve a Portaria-MF n. 75, de 2012.

Dentre os Créditos a Receber por Danos ao Patrimônio, destacam-se os Créditos a Receber por Débito de Terceiro em Prestação de Serviços e os Créditos a Receber por Folha de Pagamento. Tratam-se, respectivamente, de créditos constituídos por aplicação de multa a empresas por descumprimento de contrato/licitação e créditos constituídos por ocasião de acertos rescisórios de pessoal comissionado e ex-pensionistas.

Ajustes para Perdas

Para a mensuração do valor recuperável dos créditos a receber, utilizou-se a metodologia recomendada na Macrofunção 020342 – AJUSTES PARA PERDAS ESTIMADAS, ou seja, baseada no histórico de recebimentos passados.

Nesta metodologia, a perda estimada é calculada aplicando-se o quociente médio de recebimento sobre o saldo atualizado da conta de valores a receber e subtraindo-se este resultado do saldo atualizado da conta valores a receber.

Perda estimada = Saldo atualizado da conta de valores a receber - (quociente médio de recebimentos x Saldo atualizado da conta de valores a receber)

A partir dos quocientes de recebimento de cada exercício, calcula-se o quociente médio de recebimento, somando-se os quocientes de recebimento dos exercícios x1, x2 e x3 e dividindo-se o resultado da soma por três. Em termos matemáticos: (Quociente de recebimento para o exercício x1 + Quociente de recebimento para o exercício x2 + Quociente de recebimento para o exercício x3) / 3.

Para efeito de quociente de recebimento, foi apurado no Sistema SISGRU o total de

recolhimento dos códigos 28852, 28867 e 28881 dos últimos exercícios, que divididos pelo saldo total da conta 1.1.3.0.00.00 chegou-se aos quocientes de recebimento 6%, 46%, 22% e 49% respectivamente para os anos de 2016, 2017, 2018 e set/19, conforme demonstrado abaixo:

	2016	2017	2018	2019
Código de Recolhimento 28852	R\$ 69.849,09	R\$ 56.418,34	R\$ 91.915,83	R\$ 134.257,95
Código de Recolhimento 28867	R\$ 3.109.096,02	R\$ 3.432.848,32	R\$ 915.033,35	R\$ 819.602,46
Código de Recolhimento 28881	R\$ 1.513.395,46	R\$ 3.159.826,83	R\$ 2.155.798,65	R\$ 3.100.942,66
TOTAL	R\$ 4.694.356,57	R\$ 6.651.110,49	R\$ 3.164.765,83	R\$ 4.056.822,07
SIAFI	Saldo em 31/12	Saldo em 31/12	Saldo em 31/12	Saldo em 31/12/2019
1.1.3.0.00.00 + 1.1.3.9.1.01.01	R\$ 80.859.530,14	R\$ 14.528.495,26	R\$ 14.523.813,71	R\$ 6.509.979,30
Quociente de recebimento anual	6%	46%	22%	62%

Assim, o quociente médio de recebimento ficou em 34% (6% + 46% + 22% + 62% / 4).

E, conseqüentemente as perdas estimadas foram de 66%, índice que foi aplicado nos saldos das contas 1.1.3.4.1.01.00, 1.1.3.4.1.06.00 e 1.1.3.8.1.12.00.

4. Nota Explicativa 4 – VPDs Pagas Antecipadamente

As Variações Patrimoniais pagas antecipadamente referem-se a Prêmios e Seguros a Apropriar, Assinaturas e Serviços a Apropriar e outros Serviços pagos antecipadamente.

Em 2019, destacaram-se:

- A renovação do Contrato nº 118/2018, com a empresa MCR Sistemas e Consultoria LTDA, para o fornecimento de assinatura de aplicativos da suíte ADOBE no modelo ETLA, durante 12 (doze) meses consecutivos, no valor global de R\$ 1.596.370,00. Esse valor foi pago de uma vez só, e as despesas relacionadas à utilização do serviço serão apropriadas mensalmente ao longo dos 12 (doze) meses.

- A contratação de serviço de suporte técnico e atualização de softwares para a plataforma de virtualização e servidores do Senado Federal, pelo período de 2 anos, vigente até 31/10/2021, no valor global de R\$ 1.529.580,00. Esse valor foi pago de uma vez só, e as despesas relacionadas à utilização do serviço serão apropriadas mensalmente ao longo dos 24 (vinte e quatro) meses.

5. Nota Explicativa 5 – Créditos a Longo Prazo

Em 2019 houve a transferência de alguns créditos da conta de Curto Prazo para Longo Prazo, conforme recomendação do Relatório de Auditoria de 2018. Dessa forma, foram transferidos créditos relativos a Créditos a Receber por Débito de Terceiro em Prestação de Serviços e os Créditos a Receber por Folha de Pagamento.

Porém, o total do grupo encontra-se zerado pois o Ajuste para Perdas desses créditos foi de 100%, considerando a natureza, prazo de vencimento e o histórico de recebimento.

A seguir, apresenta-se o detalhamento das subcontas do grupo Demais Créditos e Valores a Longo Prazo:

Demais Créditos e Valores a Longo Prazo

Detalhamento	31/12/2019
Créditos a receber decorrente de Folha de Pagamento	4.104.882
Créditos a receber por Débito de Terceiros Prest. Serv.	2.514.121
Subtotal	6.619.003
(-) Ajustes para perdas	-6.619.003
Total	-

6. Nota Explicativa 6 – Imobilizado

O Imobilizado do Senado Federal é composto de bens móveis e bens imóveis. Na tabela a seguir, é apresentada a composição do subgrupo Imobilizado, em 31/12/2019 e em 31/12/2018.

Imobilizado

Detalhamento	31/12/2019	31/12/2018	AV	AH
Bens Móveis	288.936.017	295.915.809	50,73%	-2,36%
Bens Imóveis	476.735.670	472.051.134	83,70%	0,99%
(-) Deprec., Exaustão e Amortização Acumulada	-196.069.012	-182.099.405	-34,42%	7,67%
Total	569.602.675	585.867.538	100,00%	-2,78%

Fonte: Siafi.

Bens Móveis

Os bens móveis são registrados no Sistema de Gestão de Patrimônio e Almoxarifado (SPALM), que gerencia todas as movimentações referentes aos bens móveis das diversas unidades organizacionais do Senado Federal.

Dentro das classes de bens móveis, destacam-se os Bens de Informática (R\$ 110 milhões) e os equipamentos para áudio, vídeo e foto (R\$ 60 milhões) que fazem parte do item material cultural, educacional e de comunicação. Os primeiros se destacam pela importância do parque de informática para o desenvolvimento das atividades da Casa, enquanto os equipamentos de áudio, vídeo e foto são necessários devido à existência de diversas mídias de telecomunicação.

Com o advento das Normas Brasileiras editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, com vistas à convergência das práticas contábeis na Administração Pública às Normas Internacionais de Contabilidade, o foco do controle dirigiu-se para a mensuração patrimonial. Segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, no item 5.2.2, que trata do reconhecimento das variações patrimoniais:

“A falta de registro de direitos e obrigações oriundas de variações patrimoniais quantitativas e qualitativas já incorridas resultará em demonstrações incompatíveis com as normas de contabilidade, além da geração de informações incompletas em demonstrativos exigidos pela LRF, a exemplo do Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida, tendo como consequência análise distorcida da situação fiscal e patrimonial do ente”.

Ademais, a fidedignidade dos registros contábeis dos atos e fatos que afetam o patrimônio da entidade pública é exigência prevista na Lei 4.320/64:

“Art. 85. Os serviços de contabilidade serão organizados de forma a permitirem o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, a determinação dos custos dos serviços industriais, o levantamento dos balanços gerais, a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros.

Art. 89. A contabilidade evidenciará os fatos ligados à administração orçamentária, financeira patrimonial e industrial.

.....
Art. 94. Haverá registros analíticos de todos os bens de caráter permanente, com indicação dos elementos necessários para a perfeita caracterização de cada um deles e dos agentes responsáveis pela sua guarda e administração.

Art. 95. A contabilidade manterá registros sintéticos dos bens móveis e imóveis.

Art. 96. O levantamento geral dos bens móveis e imóveis terá por base o inventário analítico de cada unidade administrativa e os elementos da escrituração sintética na contabilidade.” (grifo nosso)

Diante da evidente obrigatoriedade de os registros contábeis guardarem correspondência com o rol de bens que compõem o patrimônio da entidade, e, ainda, com a exigência trazida pela NBC T 16.9 de que a partir do exercício de 2010 fosse adotada a prática da depreciação, amortização e exaustão dos bens registrados no Ativo Imobilizado dos entes do setor público, tornou-se necessário adotar todas as providências necessárias à organização do acervo patrimonial do Senado, com a consequente compatibilização com os registros contábeis.

Bens Imóveis

Os bens imóveis em uso pelo Senado Federal totalizavam R\$ 476 milhões em 31/12/2019, não apresentando mudanças significativas exercício de 2019.

7. Nota Explicativa 7 – Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto

Compreendem os valores a pagar a pessoal, tais como remunerações, décimo terceiro salário, férias. Também compreendem os respectivos encargos previdenciários.

Ao final do exercício de 2019, o grupo apresentou saldo de R\$ 115 milhões, sendo a maior parte decorrente de lançamento de apropriação de Férias a pagar, em atendimento à legislação em vigor, especialmente à Macrofunção 021142 - FOLHA DE PAGAMENTO, do Manual SIAFI.

8. Nota Explicativa 8 – Fornecedores e Contas a Pagar

Compreende os valores a pagar a credores decorrentes de fornecimento de bens/materiais e da prestação de serviços. Em 31/12/2019, o Senado Federal apresentou saldo de R\$ 769.532,24 nesse grupo, conforme se observa no detalhamento apresentado na tabela abaixo:

Fornecedor	31/12/2019	AV
THYSSENKRUPP ELEVADORES SA	402.767,01	52,34%
SOCIEDADE BENEF ISRAELITABRAS HOSPITAL ALBERT EINSTEIN	249.480,03	32,42%
GRENIT SERVICOS E DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARES LTDA	28.829,77	3,75%
PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI	18.220,18	2,37%
CETRO RM SERVICOS LTDA	17.032,23	2,21%
SCREEN SERVICE DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUT	16.804,85	2,18%
ECOLIMP SERVICOS GERAIS EIRELI	11.345,37	1,47%
RCS TECNOLOGIA LTDA	10.903,39	1,42%
Demais Fornecedores	14.149,41	1,84%
Total	769.532,24	100%

Fonte: Siafi

9. Nota Explicativa 9 – Valorização e Ganhos c/ Ativo e Desincorporação de Passivos

A rubrica apresentou elevada variação no período. A variação refere-se aos registros de reavaliação de bens imóveis ocorrido no exercício de 2018, no valor de R\$ 136.110.122,62, o que resultou na diferença de valores na rubrica.

10. Nota Explicativa 10 – Composição das Variações Patrimoniais diminutivas

As Variações Patrimoniais Diminutivas – VPDs são os decréscimos no benefício econômico durante o período contábil sob a forma de saída de recurso ou redução de ativo ou incremento em passivo, que resulte em decréscimo do patrimônio líquido. Dessa forma, são as despesas efetivas que alteram o resultado patrimonial da entidade.

No Senado Federal, a composição das VPDs se dá da seguinte forma:

Composição das Variações Patrimoniais Diminutivas

Detalhamento	31/12/2019	31/12/2018	AV	AH
Pessoal e Encargos	1.729.271.546	1.782.068.601	38,90%	-2,96%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	2.118.040.157	1.916.662.541	47,64%	10,51%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	499.138.081	519.973.266	11,23%	-4,01%
Outros	99.074.079	81.821.786	2,23%	21,09%
Total	4.445.523.864	4.300.526.194	100,00%	3,37%

Fonte: Siafi

Observa-se que em torno de 87% das VPDs do Senado Federal são para atender despesas com Pessoal e Encargos e Benefícios Previdenciários e Assistenciais. Isso decorre da característica intrínseca à função do órgão, a atividade legislativa, que demanda majoritariamente o uso de recursos de pessoal.